

PROGRAMA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA (PIP) NAS ESCOLAS PARCEIRAS DO PIBID: PRIMEIRAS IMPRESSÕES.

Leonardo de Alcântara Moreira
IFSULDEMINAS – Câmpus Inconfidentes
leo_morera@hotmail.com

Douglas Montanheiro Costa
IFSULDEMINAS – Câmpus Inconfidentes
dmontanheiro@yahoo.com.br

Resumo: O seguinte trabalho apresenta nossas primeiras observações enquanto bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência - PIBID em relação ao Programa de Intervenção Pedagógica (PIP) direcionado nas duas escolas parceiras do PIBID/Matemática e proposto pela Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Minas Gerais, regional Pouso Alegre. No texto buscamos analisar as distorções de políticas públicas educacionais em relação a qualidade da educação e Educação Matemática.

Palavras-chave: PIP, PIBID, Políticas Públicas e Educação Matemática.

1. Introdução

Em reuniões semanais sempre direcionamos ações ligadas às complexas práticas docentes com o intuito de desenvolver nossa formação inicial. Com isso, frequentemente estudamos todos os assuntos que envolvem a realidade escolar. Entre várias questões, a escolha de estudar o PIP derivou do anseio de compreender a influência de políticas públicas educacionais e também analisá-las criticamente.

O Sistema Mineiro de Educação em parceria com Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), juntamente com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (Caed), da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) criou em 2.000 o Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública – SIMAVE¹, que segundo informativo da Secretaria Estadual de Ensino de Minas Gerais (SEE/MG) tem por objetivo analisar “os resultados alcançados em sala de aula, na escola, no

¹ SIMAVE - Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública, constituído pelo Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica - PROEB -, pelo Programa de Avaliação da Alfabetização - PROALFA - e pelo Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar – PAAE.

sistema, na ação docente, na gestão escolar, nas políticas públicas para a educação, no nível de aprendizagem na alfabetização e nos conteúdos básicos do Ensino Fundamental e Médio.”²

A SEE/MG aplica este sistema de avaliação nas escolas públicas estaduais e, segundo a mesma, os resultados servem como referência para identificar e atender as principais demandas e carências do sistema, objetivando, por meio de políticas públicas consideradas mais adequadas à educação de qualidade.

Com base nos resultados das avaliações do PROALFA³ e do PROEB⁴, a SEE/MG desenvolveu vários programas, dentre eles, o Programa de Intervenção Pedagógica (PIP). Iniciado em 2006 o programa teve como objetivo atingir a meta “Toda criança lendo e escrevendo até os 8 anos de idade” (MINAS GERAIS, 2012).

Em seu primeiro ano de existência, o programa atendia somente as séries iniciais do Ensino Fundamental. A partir de 2007 estendeu-se às séries finais desta etapa da escolarização básica, incluindo, mais recentemente, o Ensino Médio com intuito de implementar o Currículo Básico Comum - CBC⁵.

Segundo a SEE/MG ações voltadas para alfabetização no tempo certo e intervenções pedagógicas nos anos finais do Ensino Fundamental e Médio com a utilização do CBC, constituem as ações do PIP.

2. A implementação do PIP nas Escolas observadas

As escolas fonte de estudos, pesquisas e intervenções do PIBID/Matemática, localizam-se no sul de Minas Gerais. São elas Francisco Ribeiro da Fonseca e Felipe dos Santos. A primeira está localizada na cidade de Ouro fino e segunda em Inconfidentes. Ambas

² Disponível em <http://www.simave.caedufjf.net>

³ PROALFA – Programa de Avaliação e Alfabetização que tem por objetivo apontar o nível de alfabetização dos alunos das séries iniciais do ensino fundamental. Foi aplicada pela primeira vez em 2005 e seus resultados servem de base para intervenções do processo de alfabetização.

⁴ PROEB – Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica é uma avaliação direcionada para 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio de maneira que pontua competências e habilidades dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática.

⁵ Currículo Básico Comum (CBC)-funciona como um guia de orientação do trabalho docente. Este documento é uma tentativa da Secretaria Estadual de Ensino de Minas Gerais para unificar os conteúdos que os professores devem trabalhar.

oferecem o Ensino Médio, porém, apenas a escola de Inconfidentes atende as séries finais do Ensino Fundamental.

No período ao qual nos remetemos neste relato a professora supervisora do PIBID/Matemática da Escola Estadual Francisco Ribeiro da Fonseca regia aulas nas turmas do 1º ano do Ensino Médio e a docente da Escola Estadual Felipe dos Santos em duas séries do Ensino Médio e em duas turmas de 9º ano do Ensino Fundamental.

O Programa de Intervenção Pedagógica foi implantado nas escolas parceiras do PIBID/Matemática a partir de agosto de 2012 em todas as séries e disciplinas. Para introduzir o PIP, a SRE – Pouso Alegre organizou um curso para que os professores “aprendessem a trabalhar” segundo as proposta do mesmo. Este curso foi usualmente chamado pelos professores de capacitação.

Os responsáveis pela capacitação dos professores de matemática não eram profissionais especializados em Educação Matemática e, portanto, eles foram designados com a promessa de oferecerem formação continuada aos docentes, de maneira que eles pudessem conhecer novas perspectivas educacionais de matemática, mas na realidade isto não ocorreu.

O curso oferecido aos professores consistiu-se basicamente em oficinas que simulavam possíveis atividades com diversos conteúdos de matemática. Na explanação, o responsável pelo curso esclareceu como os professores deveriam proceder quando aplicassem as atividades de intervenção, respeitando os pontos mais importantes do CBC: as chamadas HABILIDADES. Estas, por sua vez, são elencadas por tópicos, que consistem no assunto a ser estudado. Por exemplo: o professor escolhe estudar o assunto de equações do primeiro grau, este, portanto será o tópico e as habilidades são apresentadas pelo documento e cabe ao professor desenvolvê-las nos alunos.

O CBC, portanto passa a ser a verdade absoluta da educação do estado de Minas Gerais e todos os conteúdos a serem ensinados devem estar obrigatoriamente respaldados no que o documento considera como importante para o ensino aprendizagem. Podemos desta forma, fazer uma analogia ao que Audria A. Bovo (2011) comentou a respeito do uso de apostilas no estado de São Paulo:

“A “ordem do currículo único” está posta, o qual vem acompanhado de todo um aparato político de vigilância/intimidação/assujeitamento, dificultando e moldando as práticas docentes. Dessa forma, ficaram evidentes como as apostilas do Estado e o livro didático são as principais responsáveis pela educação matemática praticada em sala de aula. Eles ditam o que será dado, quando e de que forma. Eles produzem efeitos de verdade, definem o que é certo; constituem como o discurso verdadeiro.” (p. 162).

Vale a pena ressaltar que, segundo o relato das professoras supervisoras do PIBID/Matemática, esta foi à única capacitação oficial a que tiveram acesso em cerca de 20 anos de carreira docente no estado.

A tabela abaixo apresenta de forma sistematizada a realização do Programa de Intervenção Pedagógica nas escolas parceiras do PIBID/Licenciatura em Matemática:

ESCOLA ESTADUAL FELIPE DOS SANTOS	ESCOLA ESTADUAL FRANCISCO RIBEIRO DA FONSECA
NÍVEIS E SÉRIES ESCOLARES	
Ensino Fundamental (EF): 9º ano. Ensino Médio (EM): 3º ano. Duas turmas em cada série escolar.	Ensino Médio: 1º ano. No total de seis turmas.
CONTÉUDOS ABORDADOS	
No 9º EF: Introdução à contagem. No 3º EM: nomenclatura, características, e classificação de sólidos geométricos.	Conjuntos numéricos: operações elementares de números racionais, propriedades de potenciação e radiciação, notação científica e operações de números reais.
ORGANIZAÇÃO DO TEMPO	
As práticas do PIP foram concentradas em duas semanas entre os dias 13 a 31 de agosto de 2012, ocupando desta maneira todas as aulas de matemática. Para isto a professora parou com o conteúdo previsto para o 3º bimestre e se atentou somente com atividades do PIP.	O PIP foi realizado tomando somente uma aula dentre as quatro de cada semana com duração de oito semanas. Sendo assim a implementação do programa se deu paralelamente com os conteúdos do 3º bimestre que tratava do estudo de funções de 1º e 2º grau.
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	
Nos 9 ^{os} anos: Os alunos assistiram em algumas aulas ao filme “Corrente do Bem” e posteriormente, foram discutidas as relações matemáticas existentes com intuito de relacioná-las à contagem. Nos 3 ^{os} anos: Foram feitas construções de	Foi trabalhado exercícios de fixação em sala de aula ao longo das seis semanas. A professora elaborou diversos exercícios e os “Pibidianos” ajudavam no acompanhamento e correção das atividades.

<p>sólidos geométricos com canudinhos (sólidos do tipo “esqueleto”) e com papel cartão (sólidos do tipo casca), objetivando a melhor visualização das características dos mesmos, através de diversas investigações e questionamentos que foram sendo realizados no decorrer da atividade. A professora da turma juntamente com os bolsistas elaborou um jogo de cartas visando à memorização das propriedades dos poliedros.</p>	<p>Nas outras duas semanas, foi elaborado um jogo de tabuleiro com intuito de revisar todo o conteúdo programado durante a realização do PIP.</p>
<p>DESCRITORES DO CBC: TÓPICOS E HABILIDADES⁶</p>	
<p>9º EF: Tópico 25 – Contagem: Habilidade 25.1. Resolver problemas simples de contagem utilizando listagens ou diagrama da árvore.</p> <p>3º EM: Tópico 50 – Seções planas de figuras tridimensionais usuais: Habilidade 50.1. Reconhecer seções planas obtidas paralelas ou perpendiculares aos eixos de simetria de um prisma, de um cilindro, pirâmide, cone e esfera.</p>	<p>1º EM: Tópico 1 – Números racionais: Habilidade 1.1. Associar a uma fração sua representação decimal e vice-versa. 1.2 Reconhecer uma dízima periódica como representação de um número racional.</p> <p>Tópico 2 – Conjunto dos números reais: Habilidade 2.1. Reconhecer uma dízima não periódica como representação de um número irracional.</p> <p>Tópico 3 – Potência de dez e ordem de grandeza Habilidade 3.1 Resolver problemas que envolvam operações elementares com potência de dez.</p>

Tabela 1: relação da implementação do PIP.

Nas escolas a organização do tempo aconteceu de forma diferente devido à cobrança da SRE/MG, pois, segundo a superintendência a Escola Francisco Ribeiro da Fonseca possui

⁶ Retirado do CBC, páginas 30, 44 e 60.

rendimento de médio ou baixo, como apresentado mais a frente no texto. Com isso, a própria superintendência direciona o modo como deveria ser feita a efetivação do PIP, diferentemente do que aconteceu na Escola Felipe Santos, que apesar da orientação para se abranger certos conteúdos, a professora teve mais autonomia na realização de seus trabalhos.

A tabela acima apresenta também como as professoras deveriam proceder suas práticas de maneira que preenchessem formulários mostrando as atividades desenvolvidas relacionando-as com os descritores do CBC.

Em ambas, os quatro bolsistas do PIBID/Matemática ficaram encarregados de ajudar as professoras a preparar atividades “diferenciadas”, sendo dois bolsistas para cada escola. Esta oportunidade propiciou a reflexão crítica de nossas práticas. Apesar de fazermos uso de softwares educacionais, confeccionar materiais concretos de ensino de matemática, produzir jogos e muitas vezes auxiliar o desenvolvimento de aulas expositivas o processo de ensino e aprendizagem não ocorreu de forma satisfatória, porque os objetivos do PIP não atendiam as necessidades da escola.

3. Nossas impressões

As nossas visitas às escolas durante a realização do PIP consistiram, em primeiro lugar na observação do processo de ensino e aprendizagem de matemática diante da implementação do programa; em segundo lugar, em auxiliar as professoras nas aplicações e correções das atividades, e também tivemos a oportunidade de intervir de modo que pudéssemos ajudar as professoras cumprirem com as demandas do PIP.

Na etapa de observação ficou evidente que o ensino de matemática, a partir das demandas do PIP, tornou-se desafiador e também burocrático. Dentre os desafios pudemos verificar a resistência dos alunos ao serem obrigados a rever os conteúdos estabelecidos pelo programa, a cobrança da Superintendência Regional de Ensino por práticas pedagógicas diferenciadas e principalmente a vigilância do Estado. O trabalho docente tornou-se burocrático, pois o professor deveria preencher formulários, questionários e passar por exames de tal maneira que sua autonomia em sala fosse totalmente retirada e este passasse a cumprir exclusivamente diretrizes curriculares estaduais.

Além disso, o direcionamento dos conteúdos a serem trabalhados no PIP, muitas vezes, foi determinado pelas defasagens que a escola, em geral, apresentava em matemática e

não naquelas específicas de uma turma. Nesse sentido, as intervenções pedagógicas tinham o objetivo de “preparar” os alunos para as avaliações externas não levando em consideração a autonomia do docente e muito menos os verdadeiros problemas do processo de ensino aprendizagem.

Nas escolas, portanto, se instaurou relações de poder que vigiam e disciplinam o trabalho docente, classificado por Foucault (2007) como “poder disciplinar”: os professores trabalham obedecendo ao olhar hierárquico, porque sabem que são avaliados constantemente. É exatamente diante desta realidade que o PIP se concretizou com poucos questionamentos diante do caráter impositivo, comum a outras políticas públicas.

Conforme apresentado na Reunião do Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED ocorrido entre 17 e 19 de outubro de 2012, em Florianópolis – SC fica evidente nas políticas e ações do programa a imposição e vigilância do Estado. Alguns pontos a serem destacados na apresentação retratam a abordagem da SEE nas escolas mineiras:

- “1. Escolas pequenas, com resultados variados, que concentram número limitado de alunos. **(1 visita quinzenal)** “*IRRADIAÇÃO COM COBRANÇA*” Orientar e estimular o uso dos guias pela equipe pedagógica.
2. Escolas com bons resultados e com elevada capacidade de gestão pedagógica. **(1 visita mensal)** “*AUTONOMIA COM COBRANÇA*” Orientar conforme necessidade e estimular o uso dos guias pela equipe pedagógica.
3. Escolas com resultados médios ou baixos, mas com potencial para melhorar seu desempenho. **(1 visita semanal)** “*ORIENTAÇÃO COM COBRANÇA*” Orientar intensamente e estimular o uso dos guias pela equipe pedagógica.”

Estas classificações elencadas pela SEE/MG estão de acordo com os resultados, como já mencionamos, das avaliações externas (SIMAVE: PAAE e PROALFA/PROEB – nas séries iniciais do Ensino Fundamental). No que se refere ao uso dos guias foi cobrado intensamente que os gestores escolares e professores trabalhem em consonância aos descritores e o CBC.

A relevante característica de políticas públicas da educação básica, em especial o PIP, apresentam em nossas observações as intenções subentendidas do Estado em estruturar, controlar e avaliar a educação, em especial a Educação Matemática, porque esta ciência é normalmente apontada na sociedade capitalista como determinante para o sucesso ou fracasso escolar e também tem caráter classificatório, por exemplo: concursos públicos.

O Estado precisa obter dados que demonstrem resultados positivos de melhoria da educação, pois assim este poderá receber mais investimentos de órgãos internacionais, tais como FMI e Banco Mundial. Estes órgãos que determinam as metas mínimas à educação de modo que conduza ao esvaziamento do ensino. Para o ensino e aprendizagem de matemática é

esperado somente do educando, ao término de sua escolarização básica, que domine as operações elementares. Outras metas somente estabelecem o aceleração da escolarização, ou seja, evitar a evasão e repetência. Sendo assim, as políticas de financiamento da educação atendem a interesses neoliberais e transformam este direito à educação em “prestação de serviço”⁷.

4. Considerações Finais

O PIP como foi aplicado nas escolas observadas apresentou notáveis falhas, pelo fato de como a SEE/MG entende por qualidade da educação e também os métodos questionáveis do direcionamento do programa. O caráter impositivo do PIP juntamente com a má preparação dos professores para execução do mesmo são os fatores mais agravantes. A capacitação oferecida aos docentes foi separada por disciplinas e estipulada da mesma maneira para diferentes realidades escolares. Cumpre ressaltar que muitos educadores questionaram a qualidade do curso oferecido que basicamente tratou da utilização do CBC, sendo que eles sentiram a falta de embasamentos teóricos.

No que diz respeito à formação dos bolsistas destacamos que o contato com as escolas durante a realização do PIP proporcionou significativo crescimento político e crítico, pois sentimos nas práticas pedagógicas o poder disciplinador que as políticas públicas educacionais exercem sobre o processo de ensino aprendizagem.

Desta forma, estamos adquirindo experiência prática e fundamentos teóricos para analisar, criticamente, diversas políticas implantadas pelo estado de Minas Gerais que são mascaradas por diversas propagandas de boa intenção, mas que na verdade escondem os verdadeiros interesses neoliberais.

5. Agradecimentos

Agradecemos as coordenadoras do PIBID/Matemática Lidiane Teixeira e Audria Alessandra Bovo pela orientação e colaboração no desenvolvimento do presente trabalho. Também agradecemos as professoras supervisoras do referido programa Magaly Marinello e Sirlene Braz Deroma pelos diversos esclarecimentos e relatos concedidos.

⁷Ver melhor CURY, 2007; BORGES, 2003.

6. Referências

BORGES, André. **Governança e Política Educacional: a agenda recente do Banco Mundial.** *In:* Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 18. N° 18. Jan. 2003.

BOVO, Audria Alessandra. **Abrindo a caixa preta da escola: uma discussão acerca da cultura escolar e da prática pedagógica do professor de matemática.** (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Educação Matemática, UNESP, Rio Claro, 2011. p. 56-173.

CURY, Carlos R. J. **Estado e Políticas de Financiamento em Educação.** *In:* Educação Social. Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial p. 831-855, out. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> acessado em 27/03/2013.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Tradução de Rachel Ramallete. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 288p.

MINAS GERAIS (Estado). Resolução SEE/MG n° 2.197, de 26 de outubro de 2012. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação.** 2ª. Ed. Belo horizonte: Autêntica, 2007. 160p. Coleção Pensadores & a Educação.

MINAS GERIAS (Estado).SECRETARIA DE ESTADO E EDUCAÇÃO. Currículo Básico Comum (CBC) de matemática, ensino fundamental e médio. 2009. 80p.